

A IGUALDADE DE GÊNERO NO DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES

ROSSI, Flávia Rodrigues

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT

ROSSI, Luís Vieira

Arquiteto e Urbanista, especialista, docente na Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT

BLOES, Rodrigo Brandini

Engenheiro Civil, especialista, docente na Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT

RESUMO

Desde o surgimento da primeira cidade de que se tem registro, por volta de 5.519 anos, se passaram 5.369 anos até que a mulher conquistasse o direito de trabalhar, e 5.432 anos até que a primeira mulher conquistasse o direito de participar da política. O gênero feminino foi invisibilizado por muito tempo, impactando no direito de opinar ou decidir sobre a construção do espaço urbano. Com o feminismo crescente e os direitos já conquistados por este movimento, a inclusão do gênero no pensamento da construção das cidades se faz necessário. Portanto o objetivo deste artigo é levantar discussão e gerar reflexão sobre a inclusão da igualdade de gênero no pensamento do espaço urbano. Para satisfazer as necessidades especiais femininas causadas pelo machismo estrutural, seria necessária a criação de novas rotas e horários pensados para responder as demandas da rotina das mulheres, bem como as escolas de Arquitetura e Urbanismo necessitariam de uma reformulação no ensino e abrir discussões para que as cidades se desprendam do androcentrismo e da opressão.

Palavras chaves: gênero, cidade, mulher, políticas públicas

ABSTRACT

From the emergence of the first city around 5.519 years ago, 5.536 years passed until women earned the right to have a job, and 5.432 years until the first woman conquered the right to participate in politics. The female gender has been invisible for a long time, impairing their right to opine or decide on the construction of urban space. Because of the growing feminist movement and the rights already conquered by women, gender inclusion is becoming relevant in urban planning. Therefore, the purpose of this article is to raise awareness and foment discussion on the inclusion of gender equality in the creation of urban space. To satisfy the special female needs caused by structural male sexism, it will be necessary to create new routes and schedules designed to fulfill the demands of women's routine. Schools of architecture and urbanism also need a reformulation of teaching curriculum to embrace this discussions, so the cities can be riddled from androcentrism and oppression.

Keywords: gender, city, woman, public policies

1. INTRODUÇÃO

O primeiro aglomerado urbano de que se tem registro surgiu por volta de 5.519 anos. Desde a construção da primeira cidade, foram 5.369 anos até que a mulher conquistasse o direito de trabalhar, e são 5.432 anos até que a primeira mulher conquistasse o direito de participar da política (figura 1). O gênero feminino foi invisibilizado por muito tempo, impactando no direito de opinar ou decidir sobre a construção do espaço urbano. Com o feminismo crescente e os direitos já conquistados pelo público feminino, a necessidade de inclusão da mulher no pensamento da cidade aumentou fazendo com que o espaço urbano fosse representado, de forma equivocada, como um espaço neutro, sem gênero, sem raça.

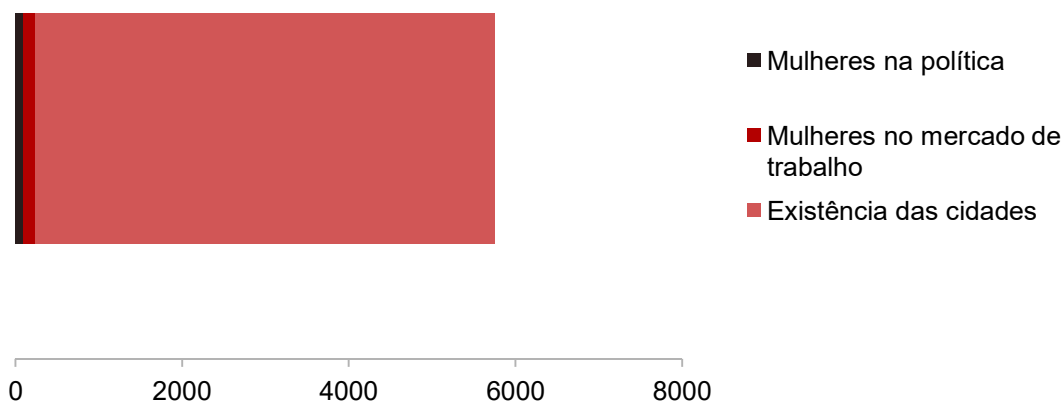


Figura 1: linha do tempo

Fonte: ROSSI, 2019

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho foi realizado por base em leituras, revisões e análises bibliográficas sobre o tema referente a igualdade de gênero no desenvolvimento das cidades, cidade com perspectiva de gênero, a participação da mulher na construção da cidade, a relação entre as mulheres e a rua, entre outros temas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro aglomerado urbano de que se tem registro surgiu por volta de 5.519 anos atrás. Desde a construção da primeira cidade, foram 5.369 anos até que a mulher conquistasse o direito de trabalhar, e são 5.432 anos até que a primeira mulher conquistasse o direito de participar da política. Segundo o Relatório das Nações Unidas – State of the World Population (2008), mais da metade da população mundial é mulher, sendo apenas 16% dentre todos os parlamentares do mundo.

Existem certas convenções sociais que limitam o acesso e a vivência do espaço público, entre eles estão os regulamentos relacionados às questões de gênero, sexualidade, entre outros, que define quais corpos podem ou não estar em determinado local. De acordo com a escritora Doreen Massey (2008), todos os espaços são regulados socialmente, seja por regras explícitas ou não.

A sociedade vive um regime patriarcal e androcêntrico há milhares de anos. O primeiro termo refere-se a ideia de que os homens mantêm o poder de dominação, liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle sobre a propriedade, a mulher e as crianças, introduzindo o machismo. O segundo diz sobre a tendência de se colocar o masculino como paradigma de representação coletiva, como o uso do termo “o homem” no lugar de “o ser humano” por exemplo, além de ter uma supervalorização dos pensamentos e ideias do homem, acima dos demais, o que resulta numa sociedade extremamente conservadora e opressora.

A opressão feminina obteve uma resistência muito forte no período da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, em que os homens eram obrigados a estarem presentes nas batalhas e acabavam por deixar seus trabalhos nas grandes indústrias. Para cobrir a necessidade de produção, as mulheres começaram a ocupar os lugares deixados pelos seus maridos, no entanto, sofriam abusos de autoridade ou mesmo sexuais dentro das fábricas. Com o movimento das Sufragistas, os direitos das mulheres começaram a ser atendidos, e a partir daí o feminismo ganhou força. No entanto, ainda é pouco entendido pela sociedade em geral, que por viver em regime patriarcal, nega-se, mesmo sem perceber, a

compreender certos assuntos referentes ao mundo feminino. Sendo assim é importante frisar que este é um movimento filosófico, social e político que surgiu para defender a igualdade de direitos entre gêneros e não é um movimento sexista, ou seja, que defende a figura feminina como superior à figura masculina, mas um movimento que busca igualdade, sem que haja um gênero dominante.

A primeira discussão sobre gênero que tomou proporções consideráveis foi a da escritora e feminista francesa Simone de Beauvoir, quando escreveu a famosa frase “*On ne nait pas femme, on le devient*”, ou seja, ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Quer dizer que a ideia de gênero se dá a partir de uma construção social do que é ser homem e do que é ser mulher, deixando de lado o conceito deste ser um atributo biológico ou natural, trazendo ao mundo moderno uma discussão que diferencia gênero de sexo. O sexo sim é um atributo biológico. O ser humano nasce com um determinado sexo, seja masculino, dado pelos cromossomos XY, ou feminino, dado pelos cromossomos XX, mas seu gênero pode seguir ou não esta definição. As pessoas que se identificam com o sexo que nasceram são chamadas de cisgênero, enquanto as pessoas que não se identificam, são chamadas de transgênero.

Tendo conhecimento breve sobre o conceito de patriarcado e partindo dessa ideia de que gênero é uma construção social, existem características que são atribuídas ao gênero feminino e masculino como padrão de comportamento. As mulheres devem ser delicadas, frágeis, submissas, enquanto homens devem ser viris, bravos, corajosos. Além de obrigações, em que o homem é a pessoa responsável pelo sustento e proteção da família, tendo sido o único a trabalhar e gerar renda por muitos anos, enquanto a mulher é responsável pela criação dos filhos e pela manutenção e limpeza da casa. Essas atribuições contribuem para que a construção social do ser homem seja altamente privilegiada em relação à construção social do ser mulher. Além disso, o crescente capitalismo e a divisão sexual do trabalho foram fatores determinantes para a atual situação da mulher no contexto das cidades.

A partir dos fatos discutidos anteriormente e dos dados citados no primeiro parágrafo deste texto, observa-se que o gênero feminino foi invisibilizado por muito

tempo, impactando no direito de opinar ou decidir sobre a construção do espaço urbano. Com o feminismo crescente e os direitos já conquistados pelo público feminino, como o direito de estudar, trabalhar, votar, se candidatar para cargos políticos, a necessidade de inclusão da mulher no pensamento da cidade aumentou, fazendo com que o espaço urbano fosse representado, de forma equivocada, como um espaço neutro, sem gênero, sem raça, ignorando as necessidades especiais de cada grupo social. Há uma dívida histórica do gênero masculino em relação ao gênero feminino, em que as mulheres estão a vários passos atrás dos homens e, por esse motivo se faz necessária uma atenção especial para que a igualdade seja de fato atingida. Não é possível atingir a igualdade ignorando as diferenças. Apesar das conquistas femininas, as mulheres ainda são marginalizadas e não vivenciam o espaço urbano de forma plena.

O professor José Cortés, em seu trabalho *Políticas do Espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social* (2008) coloca que a minoria masculina, branca e heteronormativa infere na construção da cidade de forma a disfarçar as opressões, trazendo sensação de neutralidade onde “o espaço reproduz a subordinação dos discursos feministas e nega as diferenças sociais e sexuais, reforçando as linguagens universalistas que contribuem para a perpetuação das discriminações que vão contra a diversidade e a pluralidade” (Ibid., 2008, p.141). Assim, visto que o espaço é formado por práticas sociais e a sociedade é opressora, as cidades não são resultados de um conjunto de estudos baseados na pluralidade das necessidades específicas de cada grupo social, mas fruto do ponto de vista exclusivamente masculino, transformando o desenho urbano em uma criação machista e excludente, que atende as demandas de uma parcela minúscula da população. Essa máscara de neutralidade e igualdade criada pela censura do patriarcado resulta na não compreensão da cidade sexista e impossibilita os estudiosos de reconhecer a segregação de gênero e perceber como esta reflete no espaço urbano, no “lugar da mulher” e “lugar do homem” no que se refere ao conceito de público e privado, cidade e casa, produção e reprodução. Considerando que a cidade é organizada de modo a atender às necessidades do homem adulto, heterossexual, branco, cisgênero, com trabalho estável e bem remunerado, que o

permite ter carro e tempo livre, as mulheres acabam ficando à margem das prioridades do investimento público, que não compensa as desvantagens que as mulheres carregam consigo mesmo quando já inseridas no mercado de trabalho.

As mulheres conquistaram seu direito à independência financeira, mas não conseguiram se desprender das amarras do sistema patriarcal, continuando com a obrigação exclusiva de cuidar do serviço doméstico e da família, resultando em uma dupla jornada de trabalho e uma luta incansável contra o tempo. Essa responsabilidade desproporcional sobre os serviços atrapalha a vida da mulher em todos os sentidos, tanto pessoal quanto profissional, e até mesmo em se tratando de movimentar-se na cidade. Os papéis sociais fazem com que os homens e as mulheres vivenciem e transitem de forma diferente na cidade. As mulheres geralmente tem menos acessibilidade e desfrute do tempo, pois, enquanto os homens possuem uma única responsabilidade que é a de trabalho, as mulheres acabam sobrecarregadas, resultando em uma mobilidade diferente dentro da cidade.

Enquanto a movimentação do homem, ser produtivo e detentor de privilégios sociais, se resume em trabalho-casa-lazer, feita majoritariamente por automóvel próprio, a mobilidade da mulher varia entre trabalho, casa e outros serviços relacionados a maternidade, como escola, creche, supermercado, farmácia e outros comércios informais, feitos geralmente a pé ou por transporte público, raramente tendo tempo para atividades relacionadas ao interesse pessoal. De acordo com um estudo feito por Maria Amanda Martinez para a Revista Latino Americana de Geografia e Gênero (2017), 58% do tempo diário das mulheres é gasto em mobilidade, especialmente em transporte coletivo. Devido à alta no valor desse tipo de transporte, no assédio vivenciado diariamente dentro dos ônibus e na demora, visto que as rotas geralmente não são diretas aos pontos de interesse, muitas mulheres optam por realizar seus trajetos andando. No entanto, a sociedade machista limita o deslocamento da mulher na cidade, aumentando ainda mais o tempo em seus circuitos por precisarem procurar novas alternativas de rota.

Muitas vezes o ambiente urbano não é seguro para o gênero feminino. Um vazio urbano, uma área mal iluminada ou uma esquina podem ser ameaçadores para a integridade física da mulher.

“Esquinas sempre foram espaços que pertenciam aos homens – um território patriarcal. O movimento feminista não alterou isto. Assim como não era poderoso o suficiente para ter de volta a noite e fazer o escuro um lugar seguro para que as mulheres se escondessem, passeassem, e caminhassem à vontade, não foi capaz de mudar o ethos da esquina – gênero e igualdade no local de trabalho, sim, mas a esquina da rua transforma cada mulher que ousa se esconder em um corpo para vender a si mesma, um corpo procurando drogas, um corpo caindo. O feminino à espreita, persistente, descansando em um canto da rua é vista por todos, olhado, observado. Quer ela queira ou não, ela está presa para o predador, para o homem, seja ele cafetão, a polícia, ou apenas um transeunte. Nas cidades as mulheres não têm território ao ar livre para ocupar. Elas devem estar infinitamente em movimento ou em locais fechados. Elas devem ter um destino. Eles não podem demorar-se ou ficar” (HOOKS, Bell, 2009, p. 143)”

Sendo assim, a insegurança relacionada com a falta de tempo e o cansaço físico devido à rotina sobrecarregada, reduzem a produtividade da mulher, reduzindo também a disponibilidade em ocupar cargos públicos de importância em áreas como política e economia.

A falta de representação feminina nas políticas públicas e no planejamento urbano faz com que muitas questões importantes para a vivência plena do espaço sejam marginalizadas, o que acaba por fortalecer ainda mais o androcentrismo. Ao pensar a cidade na perspectiva das mulheres, abre-se um leque de possibilidades de humanização do processo de planejamento das cidades, incluindo também outros grupos sociais de menor visibilidade. Com isso conquista-se o reconhecimento das necessidades particulares de cada gênero, tornando possível propor soluções que permitam o acesso igualitário de oportunidades, adequando o entorno construído a fim de se obter espaços inclusivos e seguros. Existiria então uma necessidade de rever a lógica da cidade sob a ótica da mulher, com a criação de projetos que garantissem a qualidade, a acessibilidade e a segurança nos espaços de relação.

A importância das políticas públicas, segundo a Secretaria de políticas para as Mulheres consiste na interação entre Estado e sociedade civil, por meio da transformação das diretrizes, princípios, regras e ações que constroem a realidade. É a elaboração e exercício do poder público que envolve a redistribuição dos

recursos para benefício social. Neste sentido, visando responder às demandas dos grupos sociais, não deveria excluir grupos marginalizados historicamente como é o caso das mulheres. Foi através de políticas públicas e lutas feministas que surgiu o conceito de “gender mainstreaming”, que é, segundo o Conselho da Europa: “a abordagem integrada da igualdade de gênero na reorganização, na melhoria, no desenvolvimento e na avaliação dos processos de implementação de políticas de igualdade de gênero, a todos os níveis e em todas as fases, pelos atores geralmente implicados na decisão política”, ou seja, é uma ferramenta que garante uma abordagem em que as mulheres sejam incluídas em todas as esferas sociais, podendo interferir na qualidade do espaço público. Esses espaços seriam destinados a promover igualdade de gênero, autonomia e socialização entre pessoas. Para que atinja esses ideais é necessário que seja discutido por ambos os gêneros de forma equilibrada e igualitária.

Em seu livro “Morte e Vida de grandes cidades”, Janes Jacobs destaca a importância de fazer com que as pessoas andem mais pela vizinhança, o que ela descreve como “criar os olhos da rua”, que significa que quanto mais pessoas caminham pelas ruas, mais seguras elas estarão. O contato entre vizinhos, a integração com a cidade os usos mistos, as conexões com parques e espaços públicos seriam elementos que trariam vitalidade à cidade. Também destaca a importância de quadras mais curtas, com mais interesses visuais e dinâmicos, para reduzir a circulação de automóveis e estimular a circulação de pedestres, o que forçaria uma maior atenção para solucionar os vazios urbanos e proporcionaria áreas mais sustentáveis.

Atendendo às demandas femininas, porém não sendo específicas deste gênero, deixando a desejar em pontos onde as necessidades são mais graves, se torna importante a construção de edifícios especiais como casas de apoio e empoderamento a mulheres vítimas do machismo e casas de incentivo a apropriação do espaço urbano, além de introduzir nomes femininos em praças, parques, ruas e avenidas, para que o papel das mulheres seja visto pela sociedade e que estas se sintam incluídas no espaço urbano.

Algumas medidas para tentar atingir a igualdade de gênero das cidades já foram tomadas em diversas regiões do mundo, como por exemplo, a lei sancionada em 2016 (Art. 1º da Lei nº 16.490, de 15 de Julho de 2016) que permite que mulheres que utilizam o transporte público coletivo, desembarquem em locais mais seguros e acessíveis no período da noite, se estendendo até a manhã seguinte. Além disso, levantou-se uma discussão sobre a criação de espaços baseados no “Gender Planning”, ou planejamento de gênero. Este é um conceito que já existe desde o século XIX, porém tem se popularizado recentemente. De acordo com a teoria de Damyanovic (2007), o gender planning propõe quatro princípios básicos para um planejamento com enfoque de gênero. São eles:

- I. Lugares que mulheres e homens e suas relações entre si são pontos de interesse;
- II. Analisar e avaliar estruturas espaciais de acordo com a sua utilização no dia a dia para mulheres e homens através da inclusão;
- III. Tornar visível e desconstruir as relações de poder, condições sociais e avaliação por trás dos conceitos de planejamento;
- IV. Visa transformar e mudar as condições espaciais de vida e conceitos de planejamento para uma maior igualdade entre homens e mulheres

Adiciona ainda o item V que destaca a participação de outros grupos invisibilizados pela sociedade para que estes consigam voz e força para conquistar seus direitos. Para Martinez e Ciocoletto (2011), o gender planning atua para incorporar a participação da mulher na política, criar espaços urbanos que combinem usos, ligados por transporte público eficiente e criação de memória e identidade social. Em geral, os temas abordados por este conceito se resumem em espaços públicos, segurança, mobilidade e equipamentos públicos, traduzidos em lazer para todos os gêneros, pontos de encontro espaços sem competição de atividade e que sejam flexíveis e passivos de mudança.

Ana Carolina Nunes, autora da monografia “A invisibilidade da mulher no espaço urbano”, traz dois estudos de caso que valem a pena serem citados. São espaços criados com a perspectiva do planejamento de gênero. O primeiro é o St. Johann Park, que passou por uma reforma e mudou seu nome para Bruno Kreisky

Park. A escolha de projeto foi a partir de um concurso criado em 2001 e, de acordo com o escritório vencedor, o objetivo era atingir um público equilibrado entre homens e mulheres e que a presença feminina fosse especialmente encorajada, afim de estimular a apropriação do espaço público e a utilização deste pelo gênero feminino. Notou-se que a partir dos dez anos de idade a quantidade de meninas e mulheres nos espaços públicos de lazer diminuía consideravelmente em relação ao público masculino. O parque, então foi dividido por uma diagonal que liga uma área residencial a uma estação de metrô. Essa área residencial é estruturada para que o acesso se torne mais fácil e para criar espaços de playground para crianças e adolescentes. Os espaços abertos dispõem do mínimo de estrutura possível, para que sejam amplos. A quadra de futebol, que é um esporte praticado massivamente pelo gênero masculino foi substituída por quadras de vôlei, badminton e outras atividades favoráveis a mulheres ou que são praticadas de forma balanceada por ambos os gêneros. Entre essas áreas existem espaços flexíveis que podem ser utilizados para esporte, ginástica ou simplesmente descanso. Obteve-se um cuidado especial com a iluminação em todos os caminhos. O número de mulheres e meninas utilizando o parque aumentou e o número de homens diminuiu, principalmente devido a retirada da quadra de futebol.

O segundo caso, assim como o primeiro, foi vencedor de um concurso, agora em 2008, para a reformulação de uma área chamada Rudolf-Bednar-Park. O projeto propunha espaços intercalados entre zonas de atividades esportivas e zonas de tranquilidade. A parte sul do parque é destinada para uso de jovens, com pista de skate e quadras de basketball. No centro do parque foi proposto um espaço mais tranquilo, com um café e espelhos d'água. Além disso, há espaços com equipamentos lúdicos para divertimento infantil, como cordas, barras e redes. Entre cada zona intensamente estruturada, existe um espaço amplo com área verde.

Tendo conhecimento da problemática acerca da desigualdade de gênero e da existência de soluções e estudos, questiona-se o papel político e social das escolas de Arquitetura e Urbanismo. É possível relacionar essa deficiência de políticas públicas e de espaços urbanos que promovam igualdade de gênero, além de diversos fatores intrínsecos ao regime machista patriarcal, com a formação de

profissionais pouco preparados para enxergar os reais problemas da sociedade e da cidade disfarçados de neutralidade no planejamento urbano e na arquitetura.

Segundo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), 62% dos arquitetos e urbanistas registrados atualmente são mulheres (figura 2). No entanto, a maioria dos arquitetos e urbanistas “estudados” nas universidades são homens, o que evidencia a desvalorização do gênero feminino na profissão. Se existisse uma atenção maior para a igualdade de gênero, resultaria em um novo olhar para a produção arquitetônica que poderia se tornar inovadora, no sentido em que se libertaria da arquitetura estudada tradicionalmente, feita majoritariamente por arquitetos homens e brancos, trazendo um novo modelo de projeto dinâmico, inclusivo e saudável.

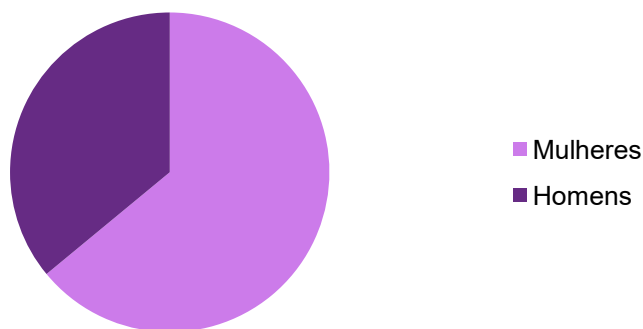


Figura 2: gráfico que mostra a proporção entre profissionais arquitetos homens e mulheres.
Fonte: Conselho de Arquitetura e Urbanismo, 2017

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para satisfazer as necessidades especiais femininas causadas pelo machismo estrutural, seria necessária a criação de novas rotas e horários pensados para responder as demandas da rotina das mulheres, incluindo acesso às áreas de lazer. As calçadas deveriam ser largas e com diferentes atividades, além de acessibilidade, áreas de lazer e descanso nos passeios, espaços intermediários que conectem o interior com o exterior. Passeios bem iluminados e movimentados, traz maior segurança. O contato entre vizinhos, a integração com a cidade os usos mistos, as conexões com parques e espaços públicos seriam elementos que trariam vitalidade à cidade. A importância de quadras mais curtas, com mais interesses

visuais e dinâmicos, para reduzir a circulação de automóveis e estimular a circulação de pedestres, o que forçaria uma maior atenção para solucionar os vazios urbanos e proporcionaria áreas mais sustentáveis. Essas intervenções básicas mudariam significativamente a vida da mulher na cidade, além de promover espaços mais saudáveis para toda a população, incluindo, além do gênero masculino, os demais gêneros.

Sendo assim, as escolas de Arquitetura e Urbanismo necessitam de uma reformulação do ensino no que se refere a atender às necessidades dos cidadãos e abrir discussões para que as cidades se desprendam do androcentrismo e da opressão. As universidades devem, então, reestruturar o modelo de ensino de acordo com o que desejam ser e transpassar perante a sociedade, que seja condizente com os problemas estruturais de gênero, raça, classe, entre outros. A formação profissional deve preparar os futuros arquitetos para que sejam capazes de elaborar projetos que diminuam as deficiências sociais e contribuam para a melhora da vida cotidiana, como é prometido no conceito do que é a profissão.

5. REFERÊNCIAS

DELGADO, C. **O gênero como instrumento de definição de cidades mais equitativas: constrangimentos e oportunidades.** Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 66 – 82, jan. / jul. 2014.

ELVIR. M. A. M. **Movilidad urbana, segregacion y genero: pequeños retratos de la movilidad de mujeres de norte (Mexico), centro (Nicaragua) y sur america (Brasil).** Revista Latino Americana de Geografia e Gênero, v. 8, n. 1, p. 317, 2017.

MACHADO, T. C. **A cidade das mulheres feministas: uma cartografia de Goiânia (GO).** Ateliê Geográfico – Goiânia-GO, v. 12, n. 1, abr/2018, p. 201-218.

MACHADO, T. C. **As mulheres e a rua: entre o medo e as apropriações feministas da cidade de Goiânia, Goiás.** Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 194 – 213, jan. / jul. 2017.

MONTOYA, A. M. **Mujeres, derechos y ciudad: apuntes para la construcción de un estado del arte desde el pensamiento y la teoría feminista.** en Territorios 27, pp.105-143. 2012.

NUNES. A. C. F. R. **A invisibilidade da mulher no espaço urbano.** 2016.

Disponível

em:

https://issuu.com/anacarolinaf.rabelo/docs/monografia_imprensa_final

RUÍZ, A. M. M. **Seguridad humana para las mujeres em las ciudades: reflexiones para políticas públicas urbanas com enfoque de género.** Revista Estudios Socio-Jurídicos, 2013, 15, (1), pp. 115-137.

SARAMENTO, D. P. G. **A participação da mulher na construção da cidade contemporânea: contribuições para um novo modelo de planejamento urbano em Blumenau, Santa Catarina.** Setembro de 2018. Bogotá, pp. 64-71. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/journal/dearq>

SUMI, C. M. **A cidade na perspectiva de gênero: as políticas públicas urbanas 1990-2015 em São Paulo/SP.** Trabalho acadêmico, Unicamp, 2018.